

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

Companhia Energética do Ceará

2017

27 de fevereiro de 2018

Relatório da Administração

Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

Parecer do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Companhia

Parecer do Conselho de Administração

Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2016, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (*) não foram auditados pela auditoria independente BDO RCS Auditores Independentes S.S.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. No ano de 2017, as bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis.

De 01/02/2016 à 31/01/2017 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;

A partir de 01/02/2017 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.203/2017)

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração.

De 01/02/2016 à 31/01/2017 – A tarifa passou a ter dois patamares de acréscimo (R\$ 3,00 ou R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos);

De 01/02/2017 à 31/10/2017 - A tarifa dos dois patamares passou a ser R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 3,50 (patamar 2) para cada 100 kWh consumidos. (REH 2.203/2017)

A partir de 01/11/2017 - A tarifa da bandeira patamar 2 passou a ser R\$ 5,00 para cada 100 kWh consumidos (Audiência Pública 061/2017).

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 15 de dezembro de 2015, a Resolução Homologatória n.º 2.002 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2016. O PLD máximo foi fixado em R\$ 422,56 /MWh e o valor mínimo em R\$ 30,25/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de Janeiro de 2016.

Em 13 de dezembro de 2016, a Resolução Homologatória n.º 2.190 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2017. O PLD máximo foi fixado em R\$ 533,82/MWh e o valor mínimo em R\$ 33,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2017.

Em 22 de dezembro de 2017, a Resolução Homologatória n.º 2.364 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2018. O PLD máximo foi fixado em R\$ 505,18/MWh e o valor mínimo em R\$ 40,16/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018.

Reajuste Tarifário Anual

De acordo com seu contrato de concessão, a Companhia teve o reajuste tarifário em 22 de abril de 2017. O reajuste tarifário médio foi de 0,15%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 2.223, de 18 de abril de 2017, com vigência até 21 de abril de 2018. Para os consumidores de baixa tensão, houve uma redução em torno de 0,39%. Já para os clientes de média e alta tensão, o reajuste foi cerca de 1,44%.

PRINCIPAIS INDICADORES
DESTAQUES DO PERÍODO

	2017	2016	Var. %
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	11.462	11.615	-1,3%
Receita Bruta (R\$ mil)	6.858.949	6.381.452	7,5%
Receita Líquida (R\$ mil)	4.594.419	4.097.446	12,1%
EBITDA (1) (R\$ mil)*	792.824	715.889	10,7%
Margem EBITDA (%)*	17,26%	17,47%	-0,21 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	20,33%	19,94%	0,39 p.p
EBIT (2) (R\$ mil)*	618.449	559.139	10,6%
Margem EBIT (%)*	13,46%	13,65%	-0,19 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	435.779	393.057	10,9%
Margem Líquida	9,48%	9,59%	-0,11 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	11,17%	10,95%	0,22 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	716.402	536.104	33,6%
DEC (12 meses)*	8,78	8,81	-0,3%
FEC (12 meses)*	5,37	5,04	6,5%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,86%	98,49%	0,37 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	13,95%	12,54%	1,41 p.p
Nº de Consumidores Totais*	4.016.768	3.889.762	3,3%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	1.163	1.140	2,0%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	1.540	1.549	-0,6%
PMSO (3)/Consumidor*	149,95	166,34	-9,9%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	540	519	4,0%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	7.444	7.497	-0,7%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

DESEMPENHO OPERACIONAL
NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2017	2016	Var. %
Mercado Cativo	3.476.859	3.416.431	1,8%
Residencial - Convencional	1.839.600	1.783.475	3,1%
Residencial - Baixa Renda	853.990	847.212	0,8%
Industrial	5.876	5.876	-
Comercial	175.133	174.337	0,5%
Rural	554.891	558.013	-0,6%
Setor Público	47.369	47.518	-0,3%
Clientes Livres	222	152	46,1%
Industrial	93	71	31,0%
Comercial	121	81	49,4%
Rural	8	-	-
Revenda	2	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos	3.477.083	3.416.585	1,8%
Consumo Próprio	390	401	-2,7%
Consumidores Ativos sem Fornecimento	539.295	472.776	14,1%
Total - Número de Consumidores	4.016.768	3.889.762	3,3%

A Coelce encerrou 2017 com um incremento de 3,3% em relação à quantidade de consumidores registrado em 2016. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda) e comercial, com mais 62.903 e 796 novos consumidores*, respectivamente.

Essa evolução reflete o crescimento vegetativo do mercado cativo da Coelce, impulsionado pelo crescimento econômico do Estado do Ceará. Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 403 milhões*.



VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2017	2016	Var. %
Mercado Cativo	9.594	10.260	-6,5%
Cientes Livres	1.868	1.355	37,9%
Total - Venda e Transporte de Energia	11.462	11.615	-1,3%

O volume total de venda e transporte de energia para o mercado cativo na área de concessão da Coelce no ano de 2017 apresentou uma redução de 666 GWh em relação ao ano de 2016, a qual foi parcialmente compensada por um maior volume de energia transportada para os clientes livres no ano de 2017, 513 GWh superior ao registrado em 2016. Essa energia transportada gera uma receita para a Coelce através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2017	2016	Var. %
Residencial - Convencional	3.166	3.191	-0,8%
Residencial - Baixa Renda	1.025	1.054	-2,8%
Industrial	748	1.056	-29,2%
Comercial	1.923	2.159	-10,9%
Rural	1.239	1.340	-7,5%
Setor Público	1.493	1.460	2,3%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	9.594	10.260	-6,5%

A venda de energia no mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 6,5% no ano de 2017 quando comparado com 2016. Essa redução foi motivada, principalmente, pela migração de consumidores cativos comercial e industrial para o mercado livre.

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	2017	2016	Var. %
DEC 12 meses (horas)	8,78	8,81	-0,3%
FEC 12 meses (vezes)	5,37	5,04	6,5%
Perdas de Energia 12 meses (%)	13,95%	12,54%	1,41 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	98,86%	98,49%	0,37 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	1.540	1.549	-0,6%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	540	519	4,0%
PMSO (1)/Consumidor	149,95	166,34	-9,9%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	7.444	7.497	-0,7%

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Coelce. O indicador DEC apresentou melhoria em 2017 comparado a 2016, devido a instalação de equipamentos de telecontrole, enquanto o FEC teve uma piora devido ao aumento de descargas atmosféricas e degradação de material durante o ano de 2017.

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 13,95%* no 4T17, um acréscimo de 1,41 p.p. em relação às perdas registradas no 4T16, de 12,54%*. Este aumento é explicado, principalmente, pela retração da economia do estado que gerou um aumento no furto de energia, em conjunto com o efeito de revisão da metodologia de medição de iluminação pública.

A Coelce investiu R\$ 151 milhões* em qualidade do sistema no ano de 2017, e R\$ 34 milhões* no combate às perdas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	2017	2016	Var. %
Receita Operacional Bruta	6.858.949	6.381.452	7,5%
Deduções à Receita Operacional	(2.264.530)	(2.284.006)	-0,9%
Receita Operacional Líquida	4.594.419	4.097.446	12,1%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(3.975.970)	(3.538.307)	12,4%
EBITDA(1)*	792.824	715.889	10,7%
Margem EBITDA*	17,26%	17,47%	-0,21 p.p
Margem EBITDA ex- Receita de Construção*	20,33%	19,94%	0,39 p.p
EBIT(2)*	618.449	559.139	10,6%
Margem EBIT*	13,46%	13,65%	-0,19 p.p
Resultado Financeiro	(75.968)	(73.001)	4,1%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(106.702)	(93.081)	14,6%
Lucro Líquido	435.779	393.057	10,9%
Margem Líquida	9,48%	9,59%	-0,11 p.p
Margem Líquida ex- Receita de Construção	11,17%	10,95%	0,22 p.p
Lucro por Ação (R\$/ação)	5,60	5,05	10,9%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Coelce alcançou um incremento de R\$ 477 milhões em relação ao ano de 2016. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2017, alcançou o montante de R\$ 6,16 bilhões, o que representa um aumento de 4,9% (R\$ 290 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 5,87 bilhões. Este aumento é o efeito líquido dos seguintes fatores:

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2017	2016	Var. %
Fornecimento de Energia Elétrica	5.320.535	5.399.477	-1,5%
Subsídio Baixa Renda	200.012	191.538	4,4%
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	249.949	262.091	-4,6%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	5.770.496	5.853.106	-1,4%
Ativos e passivos financeiros setoriais	137.222	(182.710)	<-100,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	183.110	132.426	38,3%
Receita de Construção	693.883	506.523	37,0%
Outras Receitas	74.238	72.107	3,0%
Total - Receita Operacional Bruta	6.858.949	6.381.452	7,5%

Variações relevantes

Ativos e passivos financeiros setoriais (incremento de R\$ 320 milhões): este incremento deve-se, principalmente, aos seguintes fatores: (i) maiores amortizações do passivo regulatório do período passado (2016/2017); e (ii) o aumento do risco hidrológico e dos custos com compra de energia no ano de 2017.

Receita de uso da rede elétrica – consumidores livres - revenda (incremento de R\$ 51 milhões): deve-se ao aumento de 37,9% no volume de energia vendida para o mercado livre da Companhia (1.868 GWh em 2017 versus 1.355 GWh em 2016).

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo (redução de R\$ 83 milhões): esta redução está associada, principalmente, aos seguintes fatores: (i) Efeito do Reajuste Tarifário Anual de 2017, aplicado a partir de 22 de abril de 2017, que incrementou as tarifas da Coelce em 0,15% em média; e (ii) redução de 6,5% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.594 GWh em 2017 versus 10.260 GWh em 2016).



Deduções à Receita Operacional

As deduções da receita em 2017 apresentaram redução de R\$ 19 milhões em relação ao ano anterior. Esta redução é o efeito das seguintes variações:

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2017	2016	Var. %
ICMS	(1.314.438)	(1.320.675)	-0,5%
COFINS	(474.222)	(447.311)	6,0%
PIS	(102.956)	(97.114)	6,0%
Total - Tributos	(1.891.616)	(1.865.100)	1,4%
P&D	(38.354)	(39.580)	-3,1%
Encargo Setorial CDE	(327.710)	(373.482)	-12,3%
Outros impostos e contribuições a receita	(6.850)	(5.844)	17,2%
Total - Encargos Setoriais	(372.914)	(418.906)	-11,0%
Total - Deduções da Receita	(2.264.530)	(2.284.006)	-0,9%

Variações relevantes

Tributos (incremento de R\$ 27 milhões): Esta variação é resultado, principalmente, do aumento da base de cálculo para estes tributos, em função do incremento observado na receita bruta da Companhia entre os períodos analisados.

Encargos Setoriais (redução de R\$ 46 milhões): Esta redução deve-se, principalmente, a aprovação da Resolução homologatória Nº 2.204 de 07/03/2017, que aprovou o orçamento anual da Conta de Desenvolvimento Energético, o qual reduziu o orçamento da CDE-USO em comparação ao orçamento no ano anterior.

Custos do Serviço e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2017 alcançaram R\$ 3.976 milhões, um incremento de R\$ 438 milhões em relação ao ano de 2016. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional da Companhia, em 2017, alcançaram o montante de R\$ 3,28 bilhões, o que representa um aumento de 8,26% (R\$ 250 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 3,03 bilhões. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2017	2016	Var. %
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia elétrica comprada para revenda	(2.385.638)	(2.051.697)	16,3%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(144.647)	(174.224)	-17,0%
Total - Não gerenciáveis	(2.530.285)	(2.225.921)	13,7%
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(161.338)	(152.734)	5,6%
Material e Serviços de Terceiros	(342.888)	(313.521)	9,4%
Depreciação e Amortização	(174.375)	(156.750)	11,2%
Custo de Desativação de Bens	(22.165)	(48.702)	-54,5%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(33.044)	(113.331)	-70,8%
Custo de Construção	(693.883)	(506.523)	37,0%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(2.159)	(13.148)	-83,6%
Receita de multas por imp pontualidade de clientes	47.034	46.617	0,9%
Outras Despesas Operacionais	(62.867)	(54.294)	15,8%
Total - Gerenciáveis	(1.445.685)	(1.312.386)	10,2%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(3.975.970)	(3.538.307)	12,4%

Variações relevantes

Energia Elétrica comprada para Revenda (incremento de R\$ 334 milhões): deve-se, principalmente, a (i) reajustes contratuais, (ii) estorno de provisão de custo de pagamento à UHE Jirau de R\$ 72 milhões no primeiro trimestre de 2016, (iii) maior risco hidrológico, devido a piora do cenário de hidrologia na região nordeste, ocasionando um aumento de preço marginal da operação em 2017 versus 2016.

Redução na rubrica de encargo do Uso da Rede Elétrica (redução de R\$ 30 milhões): se explica, basicamente, por menor custo com ESS (Encargo de Serviço do Sistema) no ano de 2017, devido a um menor despacho térmico fora da ordem de mérito utilizado para preservar a segurança energética do sistema.



Custos e despesas gerenciáveis (incremento de R\$ 133 milhões). Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2017, alcançaram o montante de R\$ 752 milhões, o que representa uma redução de 6,71% (R\$ 54 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 806 milhões:

(i) Redução de 54,5% (R\$ 27 milhões) no custo de desativação de bens se deve ao maior volume de investimentos realizados em 2016 que necessitou realizar troca de equipamentos ainda não totalmente depreciados, gerando assim maior custo de desativação no período anterior.

(ii) Redução de 70,8% (R\$ 80 milhões) na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, principalmente, em função da Companhia ter revisado em 2017 seu critério de constituição de créditos de difícil recebimento. Dentre as principais mudanças destaca-se a revisão do critério de reconhecimento da Provisão para Devedores Duvidosos de clientes residenciais para os quais se observou melhoria no perfil de crédito. Para esses clientes a Companhia passou a provisionar apenas créditos vencidos há mais de 180 dias (anteriormente 90 dias).

(iii) Redução de 71,4% (R\$ 9 milhões) na rubrica de Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas devido, principalmente, a movimentações ocorridas nos processos cíveis e trabalhistas, cuja estimativa de perda passou de provável para possível e remota.

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

(iv) Aumento de 4,6% (R\$ 9 milhões) nas despesas com pessoal, se deve, principalmente, ao reajuste salarial anual de 8,5% aplicado a partir de novembro de 2016, equivalente a 100% do INPC acumulado no período de nov/2015 a out/2016. Ressalta-se ainda que referido índice de reajuste é resultado da negociação do Acordo Coletivo de Trabalho.

(v) Aumento de 9,4% (R\$ 29 milhões) em materiais e serviços de terceiros em razão basicamente de reajustes contratuais e aumento da atividade de operação e manutenção.

(vi) Aumento de 11,2% (R\$ 18 milhões) em depreciação e amortização decorrente de maiores investimentos.

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA da Coelce em 2017 atingiu o montante de R\$ 793 milhões, o que representa um incremento de R\$ 77 milhões em relação ao ano de 2016. A margem EBITDA da Companhia em 2017 foi de 17,26%, com uma redução de 0,21 p.p. em relação a 2016. A margem EBITDA ex custo de construção da Companhia em 2017 foi de 20,33%, o que representa um incremento de 0,39 p.p. em relação a 2016.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. Abaixo demonstra-se a conciliação dos cálculos acima citados:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2017	2016	Var. %
Lucro Líquido do Período	435.779	393.057	10,9%
(+) Tributo sobre o Lucro (NE 30)	106.702	93.081	14,6%
(+) Resultado Financeiro (NE 29)	75.968	73.001	4,1%
(=) EBIT	618.449	559.139	10,6%
(+) Depreciações e Amortizações (NE 28)	174.375	156.750	11,2%
(=) EBITDA	792.824	715.889	10,7%

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Coelce encerraram o ano de 2017 em R\$ 76 milhões, um incremento de R\$ 3 milhões em relação ao ano anterior. Este incremento é o efeito líquido das seguintes variações:



RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2017	2016	Var. %
Receitas Financeiras			
Renda de aplicação financeira	9.562	34.164	-72,0%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	31.960	30.137	6,0%
Receita de ativo indenizável	41.331	52.850	-21,8%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	-	8.547	-100,0%
Variações monetárias de dívida	2.165	7.927	-72,7%
Outras receitas financeiras	8.030	20.690	-61,2%
			-
Total - Receitas Financeiras	93.048	154.315	-39,7%
Despesas financeiras			
Variações monetárias de Dívida	(10.082)	(33.747)	-70,1%
Encargos de Dívidas	(94.149)	(128.538)	-26,8%
Encargos fundo de pensão	(10.570)	(11.522)	-8,3%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(10.502)	-	-
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(14.612)	(30.303)	-51,8%
Atualização de Impostos, P&D/PEE	(2.742)	(6.944)	-60,5%
Outras Multas	(10.635)	(3.194)	>100,0%
Outras despesas financeiras	(15.724)	(13.068)	20,3%
Total - Despesas Financeiras	(169.016)	(227.316)	-25,6%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(75.968)	(73.001)	4,1%

Variações relevantes

Renda de aplicação financeira (redução de R\$ 25 milhões): A variação explica-se devido aos seguintes fatores: (i) o CDI, índice que mede a rentabilidade das aplicações financeiras, reduziu no período, acompanhando o movimento da taxa básica de juros (SELIC). O CDI acumulado em 12 meses reduziu de 14,06% em 2016 para 10,06% em 2017; (ii) o caixa médio apresentou uma redução passando de R\$ 245 milhões em 2016 para R\$ 99 milhões no 2017.

Receita de ativo indenizável (redução de R\$ 12 milhões): A variação reflete a redução do IPCA acumulado entre os períodos analisados (6,29% em 2016 versus 2,95% em 2017).

Variações monetárias de ativos e passivos setoriais - receitas/despesas (aumento de despesa líquida em R\$ 19 milhões): Esta variação é devido o saldo líquido ser mais passivo do que ativo ao longo do ano, o que gerou uma despesa.

Variações Monetárias de Dívida – receita/despesa (redução de despesa líquida em R\$ 18 milhões): Esta variação é explicada principalmente pela redução do IPCA entre os anos comparados.

Encargos de Dívidas (redução de R\$ 35 milhões): Esta variação é reflexo de menor saldo médio de dívida durante 2017 e menor CDI, reduzindo assim os encargos entre os períodos analisados.

Tributos e Outros

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	2017	2016	Var. %
IR e CSLL	(195.839)	(168.728)	16,1%
Incentivo Fiscal SUDENE	95.878	83.012	15,5%
Amortização do Ágio e Reversão da Provisão	(6.741)	(7.365)	-8,5%
Total	(106.702)	(93.081)	14,6%

As despesas com Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Outros (Amortização do Ágio) em 2017 registrou um incremento de R\$ 14 milhões em relação ao ano de 2016. Esta variação decorre, principalmente, do aumento da base de cálculo desses tributos.

Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Coelce registrou em 2017 um lucro líquido de R\$ 436 milhões, valor R\$ 43 milhões superior ao registrado no ano de 2016. A Margem Líquida em 2017 alcançou 9,48%. Excluindo-se a receita de custo de construção, a Margem Líquida da Companhia atingiu 11,17% (10,95% em 2016).

ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2017	2016	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	1.291.089	1.079.691	19,6%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	236.482	170.535	38,7%
Dívida líquida (R\$ mil)	1.054.607	909.156	16,0%
Dívida Bruta / EBITDA(1)*	1,63	1,51	7,9%
EBITDA(1) / Encargos de Dívida(3)*	8,42	5,57	51,2%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,33	0,32	3,1%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,29	0,28	3,6%

(1) EBITDA e Encargo de Dívida acumulado nos últimos 12 meses;

A dívida bruta da Coelce encerrou o ano de 2017 em R\$ 1.291 milhões, um incremento de R\$ 211 milhões em relação a 2016. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas (R\$ 500 milhões de debentures, R\$ 400 milhões de Notas Promissórias e R\$ 75 milhões do crédito agropecuário do Banco do Brasil), em conjunto com a correção monetária de 8 milhões e provisão de encargos de R\$ 94 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 765 milhões e R\$ 95 milhões.

A Coelce encerrou 2017 com o custo médio da dívida de 9,56% a.a., ou CDI - 0,92% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 140 milhões em limites abertos de conta garantida e linha comprometida para utilização em operações de curto prazo.

Classificação de Riscos (Rating)

Em novembro de 2017, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings atribuiu o rating Nacional de longo prazo 'AAA(bra)' à Companhia. A perspectiva do rating é estável.

Em 21 de fevereiro de 2018, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's Rating Services ("S&P") elevou o rating de crédito corporativo da Coelce de longo prazo na Escala Nacional Brasil de 'brAA-' para 'brAAA'. A perspectiva do rating de longo prazo é estável. Além disso, foi elevado também o rating atribuído à terceira emissão de debêntures de 'brAA-' para 'brAAA'.

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2017	2016	Var. %
Novas Conexões	402.624	327.454	23,0%
Rede	185.227	124.999	48,2%
Combate às Perdas	33.961	35.419	-4,1%
Qualidade do Sistema Elétrico	151.266	89.580	68,9%
Outros	128.810	112.266	14,7%
Variação de Estoque	(259)	(28.615)	-99,1%
Total Investido	716.402	536.104	33,6%
Aportes / Subsídios	(37.183)	(23.464)	58,5%
Investimento Líquido	679.219	512.640	32,5%

Os investimentos realizados pela Coelce em 2017 alcançaram R\$ 716 milhões, um incremento de R\$ 180 milhões em relação ao ano anterior. O maior volume de investimentos em 2017 foi direcionado a novas conexões, que representaram cerca de 56% de todo o valor investido no período mencionado.

Excluindo os aportes e subsídios, os investimentos líquidos realizados pela Coelce atingiram R\$ 679 milhões em 2017.



RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

Prêmio Abradee 2017 - Na 19ª edição do Prêmio Abradee, a Coelce recebeu o primeiro lugar na categoria “Responsabilidade Social” e o terceiro lugar na categoria de “Melhor Distribuidora”, entre todas as distribuidoras do Brasil.

Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental - A Coelce recebeu pelo segundo ano consecutivo o Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental, que tem por objetivo reconhecer as iniciativas e a atuação das empresas em prol da preservação do meio ambiente. O destaque da 13ª edição da premiação foram os projetos Luz Solidária e Enel Compartilha Eficiência, na categoria “Desempenho Ambiental e Inclusão Social”.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em 2017, a Coelce manteve seu compromisso com o desenvolvimento socioeconômico do estado do Ceará, reforçando que a sustentabilidade está na estratégia da empresa. Seu planejamento estratégico e seu Plano de Sustentabilidade estão integrados e são executados a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e fornecedores. O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso irregular de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, agregar ferramentas para melhoria da qualidade da educação de crianças e jovens, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são foco de sua atuação. Com estes projetos a empresa busca criar Valor Compartilhado e apoiar o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Social do ONU (ODS). As empresas Enel tem metas diretas para quatro deles: Educação de Qualidade (ODS 4), Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Dentro desse programa, a Coelce conta com diversos projetos, todos apoiados pelo Enel Compartilha Liderança em Rede, que atua com líderes comunitários de modo a facilitar o entendimento das necessidades e expectativas locais para o desenvolvimento dos projetos. Com o Enel Compartilha Cultura, a empresa apoia grandes eventos culturais, como feiras literárias e shows de artistas locais e nacionais, que em 2017, beneficiaram mais de 3 milhões de pessoas em todo estado do Ceará. Os 58 projetos executados na Enel Distribuição Ceará beneficiaram mais de 6 milhões de pessoas, com um investimento de R\$ 31 milhões, gerando mais de R\$ 1 milhão de renda extra para as comunidades. Com os recursos aplicados, permitiu-se oferecer aos cearenses – clientes e colaboradores, projetos de impacto relevante em suas vidas, especialmente para as comunidades de baixa renda. Também foram trocadas 74.390 lâmpadas ineficientes por lâmpadas mais econômicas e 6.785 refrigeradores antigos por aparelhos com selo A do Procel. Entre os projetos realizados no ano, destacam-se:

Ecoenel: São realizadas parcerias com recicladores para que os clientes da empresa possam trocar seus resíduos por bônus da conta de luz. O projeto favorece a conscientização sobre o uso adequado dos recursos ambientais, incentivando a reciclagem e o uso consciente da energia.

Plataforma Sinfonia do Amanhã: Programa que visa fortalecer a educação musical nas regiões de atuação da Enel no Brasil, por meio de uma plataforma colaborativa entre instituições e projetos com esse foco, proporcionando o desenvolvimento e a conexão entre as 26 escolas participantes. O programa promove ainda o acesso à cultura, fortalecimento da cidadania e inclusão social do beneficiados.

Luz Solidária: É um projeto de crowdfunding onde os clientes das empresas de distribuição da Enel recebem um incentivo em desconto nas lojas varejistas parceiras do programa para mudar um equipamento elétrico de sua casa por outro mais eficiente (como ar condicionados, geladeiras, freezer), concordando em entregar o antigo para a reciclagem e em contribuir financeiramente para um projeto social.

Enel Compartilha Consumo Consciente: Para promover o acesso à energia, o programa vai até a casa das pessoas ou em espaços comunitários para dialogar sobre o uso sustentável da energia elétrica e de outros recursos. Um outro equipamento desse programa que apoia a difusão do consumo consciente de energia, são as carretas customizadas com maquetes, jogos e animação sobre energia e meio ambiente, que ficam abertas ao público em praças públicas, promove concursos e sorteios de troca de equipamentos, como lâmpadas e geladeiras e ainda realiza visitas em escolas.

Enel Compartilha Oportunidade: Promove o desenvolvimento social e econômico das regiões onde a empresa atua, desenvolve projetos de capacitação para o mercado de trabalho para jovens e adultos nas comunidades do entorno, cria redes de empregadores com as empresas contratadas em sua cadeia de valor e com outras empresas da região. O programa também emprega alguns desses jovens em suas atividades e identifica outras oportunidades de emprego, encaminhando-os e acompanhando seu desenvolvimento profissional.

Enel Compartilha Empreendedorismo: O programa desenvolve e apoia projetos que potencializam o desenvolvimento econômico de pessoas e grupos em comunidades de baixa renda, estimulando a formação de redes e associações produtivas comunitárias, apoiando-os na qualificação de seus produtos, na criação de canais de venda, na formação para gestão e desenvolvimento de mercado, respeito ao meio ambiente e possível aporte de estrutura e insumos.

Rede do Bem – Programa de Voluntariado Enel Brasil: Desde 2012 a Rede do Bem promove ações de voluntariado, a fim de estimular a cidadania e criar um ambiente de cooperação entre os colaboradores da empresa com as comunidades. Em 2015 foi lançada a nova plataforma online do programa, que deu aos voluntários mais autonomia e interatividade dentro da Rede do Bem. Em 2017 foram promovidas campanhas de doação, caminhadas ecológicas, Natal com Propósito, reformas e outras atividades que mobilizaram 232 voluntários.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: Lançado em 2015, com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Em 2017 temas como direitos humanos, controle financeiro, empreendedorismo e cuidados com o meio ambiente, foram abordados nas 36 atividades, durante os quatro meses dedicados aos pilares Ser Humano, Ser Social, Ser Ambiental e Ser Econômico.

Além disso, a empresa manteve seus processos certificados pelas normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.



RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a BDO RCS Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Contábeis Anuais, revisões das suas informações trimestrais e a certificação dos valores apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias (DCR) para um período de 1 (um) ano, assim como contratou serviços de procedimentos previamente acordados para atender ao Despacho nº 514, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, relativo ao Relatório de Controle Patrimonial - RCP.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Enel quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria com o auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Composição da Diretoria

- Roberto Zanchi - Diretor Presidente
- José Távora Batista - Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes
- Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle
- Carlos Ewandro Naegele Moreira - Diretor de Recursos Humanos e Organização
- José Nunes de Almeida Neto - Diretor de Relações Institucionais
- Janaina Savino Vilella Carro - Diretora de Comunicação
- José Alves Mello Franco - Diretor de Regulação
- Margot Frota Cohn Pires - Diretora de Compras
- Déborah Meirelles Rosa Brasil - Diretora Jurídica
- Márcia Sandra Roque Vieira Silva - Diretora de Mercado
- Fernando Andrade – Diretor de Planejamento e Engenharia

Composição do Conselho de Administração

Conselheiros Efetivos:

- Mário Fernando de Melo Santos
- Carlo Federico Vladimir Il'ic Zorzoli
- Anna Brogi
- Monica Hodor
- Ramón Francisco Castañeda Ponce
- Gianluca Caccialupi
- Cristine de Magalhães Marcondes
- Francisco Honório Pinheiro Alves
- Fernando Antonio de Moura Avelino
- Fernando Augusto Macedo de Melo
- Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira

Conselheiros Suplentes:

- Carlos Ewandro Naegle Moreira
- José Nunes de Almeida Neto
- Déborah Meirelles Rosa Brasil
- Maria Eduarda Fischer Alcure
- Teobaldo José Cavalcante Leal
- José Távora Batista
- Márcia Sandra Roque Vieira Silva
- Marcia Massotti de Carvalho
- Cesario Macedo de Melo Neto
- Dilma Maria Toledo
- Nelson Ribas Visconti

Composição do Conselho Fiscal

Conselheiros Efetivos

- Jorge Parente Frota Junior
- Antonio Cleber Uchoa Cunha
- Julio Sérgio Cardozo

Conselheiros Suplentes

- Aldemir Ferreira de Paula Augusto
- José Aldro Luiz de Oliveira
- Carlos Antonio Vergara Cammas

Contador Responsável

Franklin Natanael da Silva – CRC RJ 093216/O-0

Relações com Investidores

Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Isabel Regina Barroso de Alcantara – Responsável por Relações com Investidores

brasil.investorrelations@enel.com

Fortaleza, 27 de Fevereiro de 2018.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	6	154.276	168.127
Títulos e valores mobiliários	7	82.206	2.408
Consumidores e outras contas a receber	8	885.030	799.536
Ativos financeiros setoriais	10	124.961	90.352
Subvenção CDE - desconto tarifário	9	365.188	271.330
Cauções e depósitos	13	-	44.562
Tributos a compensar	11	74.342	81.166
Serviço em curso		41.618	66.440
Outros créditos		95.925	84.827
Total do ativo circulante		1.823.546	1.608.748
Não circulante			
Consumidores e outras contas a receber	8	7.585	5.861
Depósitos vinculados a litígios	24	41.676	37.800
Cauções e depósitos	13	25.485	26.986
Tributos a compensar	11	51.104	32.364
Serviço em curso		38.534	-
Tributos diferidos	30	67.064	93.085
Benefício fiscal	12	42.499	49.240
Instrumentos financeiros derivativos - swap	20	1.465	-
Outros créditos		194	1.618
Ativo indenizável (concessão)	14	1.383.764	1.103.190
Imobilizado	15	43.247	55.782
Intangível	16	2.173.905	1.909.191
Total do ativo não circulante		3.876.522	3.315.117
Total do ativo		5.700.068	4.923.865

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante			
Fornecedores	17	755.862	497.299
Empréstimos e financiamentos	19	314.375	240.074
Debêntures	20	147.121	143.957
Salários, provisões e encargos sociais		45.774	47.749
Obrigações fiscais	18	133.828	142.579
Dividendos a pagar	26	85.514	78.016
Taxas regulamentares	21	387.223	304.886
Benefícios pós-emprego	23	2.593	2.974
Outras obrigações		60.330	49.670
Total do passivo circulante		1.932.620	1.507.204
Não circulante			
Fornecedores	17	-	8
Empréstimos e financiamentos	19	335.270	555.496
Debêntures	20	495.788	140.164
Passivos financeiros setoriais	10	6.874	47.613
Obrigações fiscais	18	10.052	12.770
Taxas regulamentares	21	85.540	66.079
Benefícios pós-emprego	23	99.047	93.748
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24	151.655	186.782
Outras obrigações		308	545
Total do passivo não circulante		1.184.534	1.103.205
Patrimônio líquido	25		
Capital social		615.946	554.946
Reserva de capital		358.671	358.671
Reserva de lucros		1.607.279	1.322.289
Outros resultados abrangentes		1.018	-
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	77.550
Total do patrimônio líquido		2.582.914	2.313.456
Total do passivo e patrimônio líquido		5.700.068	4.923.865

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida	27	4.594.419	4.097.446
Custo do serviço	28	(3.849.470)	(3.337.092)
Lucro operacional bruto		744.949	760.354
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas com vendas	28	(47.767)	(130.420)
Despesas gerais e administrativas	28	(126.424)	(115.578)
Outras despesas operacionais	28	(2.337)	(4.540)
Outras receitas operacionais	28	50.028	49.323
Total de receitas (despesas) operacionais		(126.500)	(201.215)
Resultado do serviço público de energia elétrica		618.449	559.139
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	29	93.048	154.315
Despesas financeiras	29	(169.016)	(227.316)
Total resultado financeiro		(75.968)	(73.001)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		542.481	486.138
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	30	(174.583)	(154.204)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	30	(27.997)	(21.889)
Incentivo fiscal	12	95.878	83.012
Lucro líquido do exercício		435.779	393.057
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		435.779	393.057
Lucro por ação - básico e diluído			
Ação ordinária		5,59729	5,04858
Ação preferencial - Classe A		5,93313	5,35150
Ação preferencial - Classe B		6,15702	5,55340

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício		435.779	393.057
Outros resultados abrangentes			
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	23	(7.357)	(8.415)
Tributos diferidos sobre perda atuarial em benefícios pós-emprego	30	2.501	2.861
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	29	1.543	(2.576)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	30	(525)	876
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u><u>431.941</u></u>	<u><u>385.803</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

Notas	Reservas de capital				Reservas de lucros							Total
	Capital social	Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal-ADENE	Legal	Incentivo fiscal-SUDENE	Reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	442.946	221.188	31.160	106.323	48.845	562.375	590.510	-	-	1.700	2.005.047	
Aumento de capital	25	112.000	-	-	-	-	(112.000)	-	-	-	-	
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	23	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.415)	(8.415)	
Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego	25	-	-	-	-	-	-	-	-	2.861	2.861	
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.554)	5.554	-	
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	29	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.576)	(2.576)	
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - swap	25	-	-	-	-	-	-	-	-	876	876	
Lucro líquido do exercício	25	-	-	-	-	-	-	-	393.057	-	393.057	
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	25	-	-	-	-	83.012	-	-	(83.012)	-	-	
Dividendos expirados	-	-	-	-	-	-	-	-	156	-	156	
Proposta da administração para destinação do lucro líquido												
Dividendo mínimo obrigatório	25	-	-	-	-	-	-	-	(77.550)	-	(77.550)	
Dividendos adicionais propostos	25	-	-	-	-	-	-	77.550	(77.550)	-	-	
Reserva de lucros	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva de reforço de capital de giro	25	-	-	-	-	-	149.547	-	(149.547)	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	554.946	221.188	31.160	106.323	48.845	645.387	628.057	77.550	-	-	2.313.456	
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(77.550)	-	-	(77.550)	
Aumento de capital	25	61.000	-	-	-	-	(61.000)	-	-	-	-	
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	23	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.357)	(7.357)	
Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego	25	-	-	-	-	-	-	-	-	2.501	2.501	
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.856)	4.856	-	
Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	29	-	-	-	-	-	-	-	-	1.543	1.543	
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - swap	25	-	-	-	-	-	-	-	-	(525)	(525)	
Lucro líquido do exercício	25	-	-	-	-	-	-	-	435.779	-	435.779	
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	25	-	-	-	-	95.878	-	-	(95.878)	-	-	
Dividendos expirados	-	-	-	-	-	-	-	-	56	-	56	
Proposta da administração para destinação do lucro líquido												
Dividendo mínimo obrigatório	25	-	-	-	-	-	-	-	(84.989)	-	(84.989)	
Reserva de reforço de capital de giro	25	-	-	-	-	-	250.112	-	(250.112)	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	615.946	221.188	31.160	106.323	48.845	741.265	817.169	-	-	1.018	2.582.914	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	435.779	393.057
Ajustes por provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.044	113.331
Depreciação e amortização	189.570	170.287
Juros e variações monetárias	104.351	147.258
Ativos e passivos financeiros setoriais	10.502	(8.547)
Receita de ativo indenizável	(41.331)	(52.850)
Valor residual de intangível e imobilizado	26.546	20.702
Tributos e contribuições social diferidos	27.997	21.889
Perda de recebíveis de clientes	13.171	15.719
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18.375	43.451
Benefício fiscal	6.741	7.365
Obrigações com benefício pós-emprego	13.400	13.063
Programas de P&D e de eficiência energética	38.354	39.580
	874.895	924.305
Aumento/(diminuição) em ativos operacionais:		
Consumidores	(132.459)	(174.059)
Subvenção CDE - desconto tarifário	(93.858)	(251.792)
Ativos financeiros setoriais	(45.111)	149.720
Tributos a compensar	(11.916)	(10.344)
Cauções e depósitos	(35.753)	(21.279)
Depósitos vinculados a litígios	(3.876)	4.044
Outros créditos	(24.360)	8.833
Aumento/(diminuição) em passivos operacionais:		
Fornecedores	258.555	51.533
Salários, provisões e encargos sociais	(1.975)	7.128
Obrigações fiscais	(8.605)	28.826
Passivos financeiros setoriais	(40.739)	47.613
Taxas regulamentares	61.960	363.854
Obrigações com benefícios pós-emprego	(8.482)	(12.192)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(53.502)	(45.475)
Outras obrigações	10.423	(9.121)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(128.094)	137.289
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no intangível e imobilizado	(714.817)	(512.641)
Títulos e valores mobiliários	2.018	4.854
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(794.615)	(507.787)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de Debêntures	495.536	-
Captação de empréstimos e financiamentos	505.000	145.147
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(652.200)	(198.783)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(75.958)	(91.067)
Pagamentos de debêntures	(142.956)	(191.418)
Pagamentos de juros de debêntures	(19.426)	(33.444)
Parcelamento especial	(2.864)	(1.300)
Pagamento de dividendos	(154.985)	(72.045)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(47.853)	(442.910)
(Redução)/aumento líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(13.851)	110.897
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	168.127	57.230
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	154.276	168.127
(Redução)/aumento líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(13.851)	110.897

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Geração de riquezas			
Receitas			
Venda de energia e serviços	27	6.165.066	5.874.929
Outras receitas		93.621	82.668
Receitas relativas à construção de ativos próprios	27	693.883	506.523
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28	(33.044)	(113.331)
Total de receitas		6.919.526	6.350.789
Insumos adquiridos de terceiros			
Compra de energia	28	(2.385.638)	(2.051.697)
Encargos de uso da rede elétrica	28	(144.647)	(174.224)
Custo de construção	28	(693.883)	(506.523)
Material e serviços de terceiros	28	(342.888)	(313.521)
Outras despesas operacionais	28	(72.787)	(104.904)
Total de insumos adquiridos de terceiros		(3.639.843)	(3.150.869)
(=) Valor adicionado bruto		3.279.683	3.199.920
(-) Depreciação e amortização	28	(174.375)	(156.750)
(=) Valor adicionado líquido		3.103.704	3.043.170
(+) Valor adicionado recebido em transferência			
Receita financeira	29	93.048	154.199
(=) Valor adicionado a distribuir		3.198.356	3.197.369
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remunerações		113.133	107.050
FGTS		5.198	4.851
Outros encargos sociais		10.095	7.597
Previdência privada		9.859	8.596
Auxílio-alimentação		10.788	9.582
Convênio assistencial e outros benefícios		15.382	15.549
Participação nos resultados		16.070	14.201
		180.525	167.426
Impostos, taxas e contribuições			
Federal		1.176.013	1.157.749
Estadual		1.314.450	1.320.695
Municipal		2.358	1.234
(-) Incentivos fiscais		(95.878)	(83.012)
		2.396.943	2.396.666
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros e variações monetárias		104.008	162.285
Outras despesas financeiras		65.008	64.915
Aluguéis		16.093	13.020
		185.109	240.220
Remuneração de capitais próprios			
Dividendo mínimo obrigatório	25	84.989	77.550
Dividendos propostos	25	-	77.550
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	25	95.878	83.012
Reserva de reforço de capital de giro	25	250.056	149.391
Retenção de Lucros	25	4.856	5.554
		435.779	393.057
Total do valor adicionado distribuído		3.198.356	3.197.369
Valor adicionado (médio) por empregado		2.750	2.805

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, que é regulada pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em dezembro de 2028.

Em 19 de fevereiro de 2018, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal.

Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As Demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que, por sua vez, estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As Demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado; Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Contingências e Benefício a empregados.

A elaboração de Demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas Demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das Demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das Demonstrações contábeis, estão descritas a seguir.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações contábeis são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são assim classificados e avaliados a valor justo por meio do resultado. Empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repassa”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado. Empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Hedge de fluxo de caixa

Fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4. Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 (“OCPC08”) que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

2.5. Ativo indenizável (concessão)

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

2.6. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - Contratos de Concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização do ativo intangível reflete a vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão, são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

2.7. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de Demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um imposto de renda ativo e contribuição social diferido, são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil específica.

2.8. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário independente e qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as Demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado do exercício em que ocorrem, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

2.9. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia goza de incentivo fiscal (benefício SUDENE) de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição até o ano-base de 2017. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta “Reserva de Incentivo Fiscal”.

2.11. Receita

a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações contábeis, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

c) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.12. Resultado por ação de capital

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

2.13. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas Demonstrações contábeis. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Normas, interpretações e alterações

IFRS 9: Instrumentos Financeiros

Aplicação obrigatória para:

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

Principais pontos introduzidos pela norma

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Impactos da adoção

A administração revisou seus ativos e passivos financeiros mas espera impacto da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018:

- Não é esperado impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros, uma vez que a nova norma somente afeta os passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, classificação essa não adotada pela Companhia.
- As novas regras sobre contabilidade de hedge estão alinhadas com as práticas de administração de risco.
- No que se refere ao novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, a Companhia está em fase final de determinação dos impactos quantitativos dessa nova norma, contudo, de acordo com a nova metodologia para estimar as perdas esperadas de crédito que afeta a principalmente a aplicação de *impairment*, a Administração estima que não terá impactos significativos na data inicial da aplicação desta nova metodologia, no entanto na data de emissão das demonstrações contábeis a quantificação da magnitude deste impacto ainda está em processo de análise e revisão detalhada devido à complexidade das estimativas e a quantidade de informações necessárias para determinação do valor.

As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma. Os comparativos para 2017 não serão atualizados.

Normas, interpretações e alterações

IFRS 15: Receita de contratos com clientes

Aplicação obrigatória para:

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

Principais pontos introduzidos pela norma

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

Impactos da adoção

A administração realizou a revisão dos seus contratos e não identificou impactos oriundos da adoção da norma.

Principais pontos introduzidos pela norma

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

Impactos da adoção

A avaliação da Companhia dos impactos da nova norma está em andamento. Nossa avaliação está sendo conduzida pelas às diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma.

3. Reajuste tarifário anual

De acordo com seu contrato de concessão, a Companhia teve o reajuste tarifário em 22 de abril de 2017. O reajuste tarifário médio foi de 0,15%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 2.223, de 18 de abril de 2017, com vigência até 21 de abril de 2018. Para os consumidores de baixa tensão, houve uma redução em torno de 0,39%. Já para os clientes de média e alta tensão, o reajuste foi cerca de 1,44%.

4. Alterações e atualizações na legislação regulatória

a) Bandeiras tarifárias

Em 2017, vigoraram as bandeiras tarifárias verde nos meses de janeiro e junho, amarela nos meses de fevereiro, março, julho e setembro e vermelha nos meses de abril, maio, agosto, outubro, novembro e dezembro.

b) Processo de ajuste na tarifa - ERR Angra III

A Resolução nº 2.214 / 2017 da Aneel determinou que todas as distribuidoras do setor elétrico devem devolver em abril os maiores valores de custo de Angra III incluído nas taxas. No período de 1 a 30 de abril a tarifa de energia da Companhia foi reduzida para devolver em um mês os valores relativos aos custos de Angra III. O objetivo é o de reverter os efeitos da inclusão da parcela do Encargo de Energia de Reserva (EER) correspondente para a contratação de Angra III. Recordando que o processo natural de reajuste tarifário de distribuição, estes valores seriam devolvidos aos consumidores em 12 meses.

O procedimento foi dividido em duas fases: a primeira, durante o mês de abril, a tarifa será reduzida para inverter os valores de Angra III compreendidos a partir do processo tarifário anterior e, ao mesmo tempo, deverá considerar o custo futuro do EER dessa usina. Na segunda etapa, a partir de 01 de maio e continua até que o próximo processo tarifário de cada distribuidora, a tarifa deverá incluir (i) o custo futuro do EER de Angra III e (ii) para as distribuidoras que tenham sido submetidos ao reajuste em 2017, como é o caso da Companhia, valores de devolução em 12 meses já estavam incluídas na tarifa.

5. Mudanças de estimativas e nas políticas contábeis

a) Revisão na política e nas estimativas da provisão para crédito de liquidação duvidosa

A Companhia vinha adotando como política contábil o reconhecimento do contas a receber líquido das perdas por valores incobráveis (write-off) - tomando por base o critério de dedutibilidade fiscal, sendo constituído a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) sobre o saldo remanescente.

A PCLD vinha sendo constituída tomando por base os seguintes critérios:

- i) Para os consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias;**

- ii) Para os consumidores da classe comercial vencidos há mais de 180 dias;
- iii) Para os consumidores das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias;
- iv) Uma análise individualizada ou por classes de consumo dos títulos a receber de valores vencidos a longas datas com ou sem negociação de dívida parcelada.

Em consonância com o item 25 - Consistência de apresentação, do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e do item 131 do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia, alterou a sua política contábil apresentada anteriormente, às políticas de cobrança realizadas pela área de Gestão de Crédito da Companhia, tendo sido promovida os seguintes aprimoramentos em dezembro de 2017:

- a) Revisou e alterou os prazos médios de recuperabilidade dos direitos creditórios por classe de consumo, que passaram a ter como parâmetro o prazo de 180 dias para as classes de consumo residencial; e 360 dias as demais classes de consumo;
- b) Deixou de constituir a provisão sobre um percentual da dívida parcelada, uma vez que a negociação comercial caduca havendo atraso superior a 3 meses, retornando a dívida para a morosidade correspondente a data de emissão das faturas;
- c) Alterou o critério de classificação de perdas com valores incobráveis apurado com base nos critérios fiscais, da seguinte forma:
 - **Valores vencidos a mais de 5 anos:** estes valores se mantêm apresentados como uma redução do contas a receber (perda), em vez que com base nos dispositivos legais e regulatórios o êxito na cobrança comercial destes recebíveis o é muita baixo;
 - **Valores vencidos a menos de 5 anos:** estes valores estão sendo apresentados compondo o saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD), uma vez que estas dívidas são base para negociações comerciais de recuperação de ativos (Campanhas comerciais), os quais são objeto de parcelamento pelo cliente.

Segue os quadros referentes a reclassificação mencionada:

2016						
	31/12/2016	Reversão de valores incobráveis	Contas a receber Reclassificado	PCLD		Contas a receber 31/12/2016
				Constituição de PCLD de Valores Incobráveis	Provisão para Devedores Duvidosos	
Classe de consumidores:						
Residencial	291.188	99.196	390.384	(99.196)	(22.660)	268.528
Industrial	94.049	2.902	96.951	(2.902)	(50.146)	43.903
Comercial	98.893	21.162	120.055	(21.162)	(5.604)	93.289
Rural	68.709	27.614	96.323	(27.614)	(753)	67.956
Poder público	53.080	3.720	56.800	(3.720)	(747)	52.333
Iluminação pública	16.958	481	17.439	(481)	(332)	16.626
Serviço público	18.038	1.237	19.275	(1.237)	(478)	17.560
Fornecimento faturado	640.915	156.312	797.227	(156.312)	(80.720)	560.195

	PCLD				
	01/01/2016	Adições	Baixas	Constituição de PCLD de Valores Incobráveis	31/12/2016
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(130.617)	(107.639)	110.193	(156.312)	(284.375)

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e contas correntes bancárias	78.505	34.706
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	42	108.697
Operações compromissadas	75.600	22.197
	<u>75.642</u>	<u>130.894</u>
Fundos exclusivos		
CDB (Fundos exclusivos)	-	35
Operações compromissadas (Fundos exclusivos)	129	2.492
	<u>129</u>	<u>2.527</u>
Aplicações financeiras	<u>75.771</u>	<u>133.421</u>
Total	<u>154.276</u>	<u>168.127</u>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

7. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fundos de investimentos não exclusivos	82.142	-
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	61	1.868
LF - Letra Financeira	3	540
Total	<u>82.206</u>	<u>2.408</u>

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício.

8. Consumidores

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores Duvidosos	31/12/2017	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores Duvidosos	31/12/2016
Circulante												
Classe de consumidores:												
Residencial	128.954	152.879	158.074	439.907	(132.243)	307.664	134.430	133.844	122.110	390.384	(121.856)	268.528
Industrial	17.398	14.680	25.984	58.062	(25.097)	32.965	28.784	12.160	56.007	96.951	(53.048)	43.903
Comercial	53.680	36.096	36.267	126.043	(30.437)	95.606	61.101	30.444	28.510	120.055	(26.766)	93.289
Rural	41.667	27.950	38.941	108.578	(33.458)	75.120	40.974	22.739	32.610	96.323	(28.367)	67.956
Poder público	29.962	18.215	11.231	59.408	(6.657)	52.751	26.417	21.648	8.735	56.800	(4.467)	52.333
Iluminação pública	15.436	3.777	4.197	23.410	(1.596)	21.814	11.212	4.079	2.148	17.439	(813)	16.626
Senção público	14.520	3.539	4.117	22.176	(2.466)	19.710	10.814	4.728	3.733	19.275	(1.715)	17.560
Fornecimento faturado	301.637	257.136	278.611	837.584	(231.954)	605.630	313.732	229.642	253.853	797.227	(237.032)	560.195
Receita não faturada	184.429	-	-	184.429	-	184.429	152.839	-	-	152.839	-	152.839
Consumidores baixa renda	34.613	-	-	34.613	-	34.613	34.968	-	-	34.968	-	34.968
Parcelamento de débitos	-	23.820	18.717	42.537	-	42.537	-	22.588	19.265	41.853	-	41.853
Outros contas a receber - RDS	6.314	4.793	40.952	52.059	(34.238)	17.821	2.534	3.331	33.749	39.614	(29.933)	9.681
Contas a receber	225.356	28.613	59.669	313.638	(34.238)	279.400	190.341	25.919	53.014	269.274	(29.933)	239.341
Total do circulante	526.993	285.749	338.480	1.151.222	(266.192)	885.030	504.073	255.561	306.867	1.066.501	(266.965)	799.536
Não circulante												
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Parcelamento de débitos	-	-	7.585	7.585	-	7.585	-	-	7.982	7.982	(2.121)	5.861
Total não circulante	-	-	22.874	22.874	(15.289)	7.585	-	-	23.271	23.271	(17.410)	5.861

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	01/01/2016	Adições	Baixas	Constituição de PCLD de Valores Incobráveis	31/12/2016	Adições	Baixas	Constituição de PCLD de Valores Incobráveis	31/12/2017
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(130.617)	(107.639)	110.193	(156.312)	(284.375)	(32.070)	85.494	(50.530)	(281.481)
	(130.617)	(107.639)	110.193	(156.312)	(284.375)	(32.070)	85.494	(50.530)	(281.481)

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 180 dias, da classe comercial, industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias os quais tomam por base a curva de recuperabilidade (realização) dos recebíveis. Considera também, uma análise individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

A provisão de outros serviços complementares é constituída sobre os valores vencidos a mais de 360 dias, ou em casos específicos baseados nas mudanças no perfil de pagamento do devedor.

9. Subvenção CDE - desconto tarifário

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resolução homologatória 1.711/2014	74.489	74.489
Resolução homologatória 1.882/2015	90.419	90.419
Resolução homologatória 2.065/2016	152.659	100.679
Resolução homologatória 2.223/2017	28.791	-
Parcela de ajuste	12.170	(917)
Atualização monetária	6.660	6.660
	<u>365.188</u>	<u>271.330</u>

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsidio baixa renda - CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a presente data (Resoluções Homologatórias nºs 1.711/14, 1882/15, 2.065/16 e 2.223/17), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobras relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08 de julho de 2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, em taxas regulamentares, o montante de R\$ 338.159 (R\$ 277.699 em 2016), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Ativo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo não circulante
Compra de energia	91.352	(43.342)	121.839	(32.188)
Encargo de serviço do sistema - ESS	26.619	(14.019)	(92.883)	33.020
Conta de desenvolvimento Energético - CDE	(32.302)	13.524	12.754	(520)
Uso da rede básica	14.343	(5.883)	3.172	(995)
Outros	(440)	-	1.906	97
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A	99.572	(49.720)	46.788	(586)
Repasse de sobrecontratação de energia	2.093	1.321	(63.528)	20.618
Recomposição de ICMS	26.381	(4.815)	61.956	(3.839)
Bandeira não faturada	(11.250)	-	-	-
Postergação de revisão tarifária	-	-	(13.571)	-
Neutralidade	7.948	(3.068)	(7.892)	3.084
Outros	217	63.156	66.599	28.336
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	25.389	56.594	43.564	48.199
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais	124.961	6.874	90.352	47.613

11. Tributos a compensar

	31/12/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	16.918	-	22.549	-
ICMS (a)	47.273	40.048	41.257	32.364
ICMS parcelamento	-	11.056	11.056	-
PIS e COFINS	9.200	-	677	-
INSS Patronal	821	-	5.577	-
Outros tributos	130	-	50	-
Total	74.342	51.104	81.166	32.364

- a) Do total de crédito de ICMS, R\$ 67.202 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 53.027 em 31 de dezembro de 2016) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 20.119 (R\$ 20.594 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês seguinte.

12. Benefício fiscal

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

Conforme a Instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, o registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	31/12/2017	31/12/2016
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(650.226)	(630.400)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	346.130	333.045
Saldo	42.499	49.240
Não Circulante	42.499	49.240

Reserva de capital	31/12/2017	31/12/2016
Ágio da incorporação	775.960	775.960
(-) Desdobramento e resgate de ações	(125.407)	(125.407)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Saldo	221.188	221.188

A seguir, o cronograma de realização do benefício fiscal:

	31/12/2017	Percentual
Em 2018	6.168	15%
Em 2019	5.646	13%
Em 2020	5.166	12%
2021 em diante	25.519	60%
	42.499	100%

13. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de Aplicação	31/12/2017	31/12/2016	
		Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Itaú-Unibanco TOP DI	Fundo de Investimento	-	44.242	-
Bradesco	CDB	7	-	6
Itaú	CDB	-	-	792
BNB	CDB	17.605	-	18.161
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	7.873	-	8.027
Caixa	Caução	-	320	-
Total		25.485	44.562	26.986

14. Ativo indenizável (concessão)

	31/12/2017	31/12/2016
Saldos Iniciais	1.103.190	889.932
Transferências do ativo intangível	239.243	160.408
Marcação a mercado - ativo indenizável	41.331	52.850
Saldos Finais	1.383.764	1.103.190

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente. O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento pelo poder concedente.

15. Imobilizado

	Saldos em 31/12/2016	Depreciação	Adição	Transferência	Reclassificação	Saldos em 31/12/2017
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	50.018	-	-	5.687	-	55.705
Móveis e utensílios	43.304	-	-	2.561	-	45.865
Subtotal	93.322	-	-	8.248	-	101.570
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos	(36.170)	(3.655)	-	-	-	(39.825)
Móveis e utensílios	(24.836)	(2.252)	-	-	-	(27.088)
Subtotal	(61.006)	(5.907)	-	-	-	(66.913)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	12.254	-	(5.888)	(5.687)	4.105	4.784
Móveis e utensílios	5.461	-	906	(2.561)	-	3.806
Subtotal	17.715	-	(4.982)	(8.248)	4.105	8.590
Total do imobilizado	50.031	(5.907)	(4.982)	-	4.105	43.247
Terrenos	5.602	-	-	-	(5.602)	-
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	132	(7)	-	-	(125)	-
Máquinas e equipamentos	17	-	-	-	(17)	-
Total dos Investimentos	5.751	(7)	-	-	(5.744)	-
Total	55.782	(5.914)	(4.982)	-	(1.639)	43.247

As taxas de depreciação que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, sendo as principais as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

16. Intangível

	31/12/2017			31/12/2016	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações Especiais	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	4.257.930	(2.239.683)	(354.500)	1.663.747	1.505.425
Software	195.648	(120.427)	-	75.221	62.500
Em Curso					
Direito de uso da concessão	579.939	-	(209.687)	370.252	294.123
Software	64.685	-	-	64.685	47.143
Total	5.098.202	(2.360.110)	(564.187)	2.173.905	1.909.191

	Em Serviço			Em Curso			Total	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais		Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.950.787	(1.964.773)	(403.087)	1.562.927	364.596	(179.279)	185.317	1.748.244
Adições	-	-	-	-	529.986	(23.463)	506.523	506.523
Baixas	(37.113)	16.481	-	(20.632)	-	-	-	(20.632)
Amortização	-	(197.352)	32.825	(164.527)	-	-	-	(164.527)
Transferências	359.308	-	(8.743)	350.565	(359.308)	8.743	(350.565)	-
Transferências para o ativo indenizável	(160.408)	-	-	(160.408)	-	-	-	(160.408)
(-) Provisão para redução de recuperabilidade	-	-	-	-	(9)	-	(9)	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.112.574	(2.165.644)	(379.005)	1.567.925	535.265	(193.999)	341.266	1.909.191
Adições	-	-	-	-	731.066	(37.183)	693.883	693.883
Baixas	(67.006)	40.460	-	(26.546)	-	-	-	(26.546)
Amortização	-	(217.032)	33.369	(183.663)	-	-	-	(183.663)
Transferências	623.108	-	(21.495)	601.613	(623.108)	21.495	(601.613)	-
Transferências para ativo indenizável	(251.874)	-	12.631	(239.243)	-	-	-	(239.243)
(-) Reversão de provisão para desativação de bens	35.839	(17.195)	-	18.644	-	-	-	18.644
Reclassificação Bens de Renda Imobilizado	937	(699)	-	238	5.506	-	5.506	5.744
Reclassificação do ativo imobilizado	-	-	-	-	(4.105)	-	(4.105)	(4.105)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.453.578	(2.360.110)	(354.500)	1.738.968	644.624	(209.687)	434.937	2.173.905

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com as regras definidas pela ANEEL para fins tarifários e de determinação da indenização dos bens reversíveis à concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao término do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido de amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como Ativo Indenizável nos moldes da Lei nº 12.783/13.

As taxas de amortização que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, em que as principais são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Medidor eletromecânico	4,00%
Condutor de tensão superior a 69kv	2,70%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

17. Fornecedores

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Compra de Energia	353.577	230.595
Encargo de Uso da Rede	31.918	9.926
Partes relacionadas (vide nota 22)	126.653	122.079
Materiais e serviços	243.714	134.707
Total	<u>755.862</u>	<u>497.307</u>
Circulante	<u>755.862</u>	<u>497.299</u>
Não circulante	-	8

18. Obrigações fiscais

	<u>31/12/2017</u>			<u>31/12/2016</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	1.370	-	1.370	7.397	-	7.397
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	96.462	-	96.462	97.669	-	97.669
REFIS IV - Federal (Previdenciário)	1.723	10.052	11.775	1.869	12.770	14.639
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	18.751	-	18.751	21.575	-	21.575
Programa de integração social - PIS	4.061	-	4.061	4.666	-	4.666
Imposto sobre serviços - ISS	3.218	-	3.218	2.790	-	2.790
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retidos na Fonte)	6.727	-	6.727	4.420	-	4.420
Outros tributos e contribuições	1.516	-	1.516	2.193	-	2.193
Total	<u>133.828</u>	<u>10.052</u>	<u>143.880</u>	<u>142.579</u>	<u>12.770</u>	<u>155.349</u>

19. Empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Tipo de Amortização</u>	<u>Garantias</u>	<u>Encargos Financeiros</u>
Moeda estrangeira:							
União Federal – Bônus de Desconto	3.794	3.737	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.
União Federal – Bônus ao Par	5.481	5.399	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e conta reserva	USD + 6,2% a.a.
Total moeda estrangeira	<u>9.275</u>	<u>9.136</u>					
Moeda nacional:							
Financiamentos							
Eletrobras	29.130	37.430	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6,95% a.a.
Banco do Nordeste – FNE	26.635	47.945	29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Recebíveis, fiança bancária e conta reserva	10% a.a.
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	22.697	26.823	28/08/2013	15/06/2023	Mensal	Recebíveis	3,00% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) A	33.493	46.357	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,8% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) B	33.504	46.371	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,8% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) F	743	980	28/08/2013	15/12/2020	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP
BNDES (Capex 2014-2015) A	68.576	84.898	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,1% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) B	78.905	90.109	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	SELIC + 3,18% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) FINAME	16.827	19.608	28/12/2015	15/12/2023	Mensal	Recebíveis	9,50% a.a.
Empréstimos							
Itaú CCB	102.225	156.190	20/03/2014	20/03/2019	Anual	-	112% CDI
Banco do Brasil (BB Agropecuário)	227.635	229.723	12/11/2014	07/11/2019	Semestral	-	107% CDI
Total moeda nacional	<u>640.370</u>	<u>786.434</u>					
Total de empréstimos e financiamentos	<u>649.645</u>	<u>795.570</u>					
Circulante	314.375	240.074					
Não circulante	335.270	555.496					
	<u>649.645</u>	<u>795.570</u>					

Mutação de empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2016	239.987	546.447	87	9.049
Captações	505.000	-	-	-
Encargos provisionados	74.983	-	414	-
Encargos pagos	(75.551)	-	(407)	-
Variação monetária e cambial	1.704	-	-	132
Transferências	220.362	(220.362)	(4)	4
Amortizações	(652.200)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	314.285	326.085	90	9.185

Abaixo segue as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor Total	Plano de		Garantias
			Investimento	Desembolsado	
Financiamentos					
BNDES (Capex 2012-2013)	Financiamento do CAPEX	217.185	2012/2013	89%	Recebíveis
BNDES (Capex 2014-2015)	Financiamento do CAPEX	215.126	2014/2015	92%	Recebíveis
Eletrobras	Luz Para Todos	134.085	2004	86%	Recebíveis e nota promissória
Banco do Nordeste – FNE	FNE/PROINFRA	106.187	2011	100%	Recebíveis, fiança bancária e conta reserva
Empréstimos					
Bônus de Desconto e Bônus ao Par	Refinanciamento dívida	* 3.001	-	100%	Recebíveis e conta reserva
Itaú CCB	Capital de giro	150.000	-	100%	-
BB Agropecuário	Capital de giro	300.000	-	100%	-

*Valor em reais convertido pela taxa do dia da liberação 1,0808

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nos empréstimos com Itaú CCB, Eletrobrás e Banco do Brasil Agropecuário, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 31 de dezembro de 2017:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite
BNDES / Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50
BNDES / Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60
Eletrobrás	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,00
BB Agropecuário	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,00

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31/12/2017				
2019	2020	Após 2020	Total não Circulante	
205.251	60.685	69.334	335.270	

20. Debêntures

	31/12/2017	31/12/2016	Emissão	Vencimento		Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
				Inicial	Final			
2ª Série 3ª emissão	146.086	284.585	17/10/2011	15/10/2016	17/10/2018	IPCA + 6,85% a.a.	Anual	29.600
1ª Série 5ª emissão	350.934	-	15/12/2017	22/12/2017	15/12/2022	CDI+0,80% a.a	Anual	350.000
2ª Série 5ª emissão	150.511	-	15/12/2017	22/12/2017	15/12/2024	IPCA + 6,001% a.a.	Anual	150.000
(-) Custo de transação	(4.622)	(464)						
Total de debêntures	642.909	284.121						
Circulante	147.121	143.957						
Não circulante	495.788	140.164						
	642.909	284.121						

Em 31 de dezembro de 2017 as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Abaixo segue disposta a mutação das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	143.957	140.164	284.121
Atualização monetária	-	6.576	6.576
Captações	-	500.000	500.000
Amortizações	(142.956)	-	(142.956)
Transferências	146.794	(146.794)	-
Encargos provisionados	18.752	-	18.752
Encargos pagos	(19.426)	-	(19.426)
Transferência custo de transação	(306)	306	-
Apropriação custo de transação	306	-	306
Constituição custo de transação	-	(4.464)	(4.464)
Em 31 de dezembro de 2017	147.121	495.788	642.909

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

Em 15 de dezembro de 2017, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures no total de R\$500 milhões divididos em duas séries: 1ª emissão, de R\$ 350 milhões e 2ª emissão de R\$ 150 milhões, destinadas, exclusivamente a implementação do programa de investimentos da Companhia.

As debêntures foram contratadas com as seguintes condições: 1ª série a 100% da taxa DI+0,80% a.a., e a 2ª série com IPCA+6,0013% a.a., com amortização Bullet e seus respectivos vencimentos em 15 de dezembro de 2022 e 15 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo das debêntures da 5ª emissão era de R\$ 501,44 milhões com taxa efetiva de 7,64% e 9,33%, respectivamente.

2ª Série 3ª emissão		
Obrigações especiais financeiras		Limite (%)
Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)		2,50
EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)		2,75
1ª Série e 2ª Série (5ª emissão)		
Obrigações especiais financeiras		Limite (%)
Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)		3,50
Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)		2,50

A curva de amortização das debentures do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	2019	2020	Após 2020	Total
1ª Série 5ª emissão	-	-	350.000	350.000
2ª Série 5ª emissão	-	-	150.198	150.198
(-) Custo de transação	(746)	(746)	(2.918)	(4.410)
Total a amortizar	(746)	(746)	497.280	495.788

21. Taxas Regulamentares

	31/12/2017	31/12/2016
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 9)	338.159	277.699
Encargos emergenciais	2.467	2.467
P&D e Eficiência Energética	92.325	78.075
Repasse - CCRBT	38.302	12.233
Outros	1.510	491
Total	472.763	370.965
Circulante	387.223	304.886
Não Circulante	85.540	66.079

Os valores apresentados no não circulante são exclusivamente programa de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética.

22. Partes relacionadas

Empresas	Ref	Natureza da operação	31/12/2017				31/12/2016			31/12/2016		
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita/(Despesa)	Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita/(Despesa)	Intangível
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	(a)	Compra de energia	-	111.387	-	(1.002.576)	-	-	115.120	-	(1.001.871)	-
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	(a)	Serviços	-	-	-	90	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	(b)	Compra de energia	-	-	-	(251)	-	-	115	-	(1.322)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	(b)	Serviços	-	136	-	102	-	-	-	-	-	-
Enel Cien S.A.	(c)	Encargo de Uso	-	435	-	(2.857)	-	-	192	-	(1.877)	-
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	(d)	Plano de pensão	-	2.593	99.047	(13.649)	799	-	2.974	93.748	(8.567)	513
Enel Soluções S.A.	(e)	Agente de Arrecadação	100	2.467	-	(9.590)	-	102	1.698	-	(739)	-
Enel Green Power	(f)	Compra de energia	-	86	-	(1.100)	-	-	-	-	(3.318)	-
Enel Itália	(g)	Serviços	-	9.527	-	(7.800)	-	-	732	-	-	-
Enel Distribuzione SPA	(g)	Serviços	-	2.615	-	-	-	-	3.535	-	-	-
Enel Iberoamérica	(g)	Serviços	-	-	-	(16)	-	-	687	-	-	-
Enel Brasil S.A.	(h)	Dividendos	-	63.323	-	-	-	-	45.652	-	-	-
Enel Brasil S.A.	(i)	Serviços	1.242	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Américas S.A.	(h)	Dividendos	-	-	-	-	-	-	11.775	-	-	-
			1.342	192.569	99.047	(1.037.647)	799	102	182.480	93.748	(1.017.694)	513
(-) Plano de pensão			-	2.593	99.047	(13.649)	-	-	2.974	93.748	(8.567)	-
Parte relacionadas			1.342	189.976	-	(1.023.998)	799	102	179.506	-	(1.009.127)	513

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (CGTF): decorre substancialmente de operações de compra de energia por parte da Companhia cujo preço normativo é estabelecido pela ANEEL reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGP-M, do Dólar norte-americano e do gás natural contratado;
- Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.: Até 11 de julho de 2017, os saldos contábeis refletem as operações de compra de energia por parte da Companhia oriundos de leilão CCEAR 15° LEE 2015 ou MCSD 15° LEE 2015. A partir desta data, a movimentação contábil decorre dos efeitos da compensação financeira, celebrada nos moldes da Resolução Normativa nº 711/2016 da Aneel, correspondente a rescisão bilateral do contrato de comercialização de energia elétrica;
- Enel Cien S.A.: despesas com a Rede Básica no período, esses contratos são homologados pela ANEEL mediante despacho;
- FAELCE - Fundação Coelce de Seguridade Social - Plano de pensão: A Companhia realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”;
- Enel Soluções S.A.: decorre substancialmente de contratos para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia;
- Enel Green Power: decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homologados pela ANEEL, com Enel Green Power Modelo I, Enel Green Power Modelo II, Enel Green Power Joana, Enel Green Power Pau de Ferro, Enel Green Power Emiliana, Enel Green Power Gerônimo, Enel Green Power Tacaicó, Enel Green Power Paranapanema Enel Green Power Mourão;
- Enel Italia, Enel Distribuzione Spa e Enel Iberoamérica SPA: tem como objeto das operações a manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM encerrando o período de dezembro de 2017 com um passivo em

- aberto de R\$ 12.142;
- h) Enel Brasil S.A: decorre dos dividendos a pagar referentes ao último exercício social. A diferença para o saldo a pagar de dividendos no passivo circulante de R\$ 22.191 em dezembro de 2017 (R\$ 20.245 em dezembro de 2016), é referente aos dividendos a pagar para terceiros;
- i) Enel Brasil S.A: decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016.

Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no semestre findo em 31 de dezembro de 2017 segue no quadro abaixo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho, não possuindo remuneração baseada em ações.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	1.813	1.126
Benefícios pós-emprego	130	141
Outros benefícios de longo prazo	1.403	1.368
Salários e encargos	4.707	4.998
Total	<u>8.053</u>	<u>7.633</u>

23. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

A Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

b) Plano de Benefício Definido (BD)

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o

número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e seis meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

c) Plano de assistência médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- **Ativos** - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela empresa, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei nº 9.656;
- **Aposentados Lei nº 9.656** - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei nº 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano;
- **Aposentados Especiais** - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Atualmente os planos BD e CD apresentaram um superávit atuarial total de R\$ 158.735 em 31 de dezembro de 2017.

Os planos de assistência médica e FGTS para dezembro de 2017 apresentaram um passivo total de R\$ 101.640 (R\$ 96.722 em 31 de dezembro de 2016) atestado por avaliação independente.

Análise da obrigação atuarial

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.088.550	893.700
Custo dos serviços correntes	3.079	2.229
Contribuição dos participantes	2.166	2.069
Custos dos juros	126.865	120.573
Benefícios pagos pelo plano	(80.217)	(75.486)
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	(6.495)	145.465
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	<u><u>1.133.948</u></u>	<u><u>1.088.550</u></u>

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.100.703	929.341
Retorno esperado dos ativos do plano	130.284	127.648
Contribuições recebidas de participantes do plano	2.166	2.069
Contribuições recebidas do empregador	15.841	12.193
Benefícios pagos pelo plano	(80.217)	(75.486)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	22.269	104.938
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	<u><u>1.191.046</u></u>	<u><u>1.100.703</u></u>

Conciliação de abertura e fechamento do efeito de teto do ativo de benefício definido

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	108.875	123.077
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	13.741	17.909
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	36.122	(32.111)
	<u><u>158.738</u></u>	<u><u>108.875</u></u>

Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Valor presente das obrigações atuariais	1.133.948	1.088.550
Valor justo dos ativos	(1.191.046)	(1.100.703)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(57.098)	(12.153)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	158.738	108.875
(Ativo) passivo atuarial líquido	101.640	96.722
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	101.640	96.722
Circulante	2.593	2.974
Não Circulante	99.047	93.748

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Custo do serviço corrente bruto	5.244	4.298
Contribuições de participante	(2.166)	(2.069)
Custo do serviço líquido	3.078	2.229
Juros sobre a obrigação atuarial	126.865	120.573
Rendimento esperado dos ativos no ano	(130.284)	(127.648)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	13.741	17.909
Juros líquidos sobre o passivo	10.322	10.834
Total reconhecido na DRE	13.400	13.063

Categoria principal de ativos que cada plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Renda fixa	987.334	913.836
Renda variável	65.083	68.566
Investimentos imobiliários	113.105	100.920
Outros	25.524	17.381
Total do valor justo dos ativos do plano	1.191.046	1.100.703

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(6.495)	(145.465)
(Ganho)/Perda sobre os ativos	(22.269)	104.938
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	36.121	32.112
Montante reconhecido no exercício em ORA	7.357	(8.415)

Categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Renda fixa	987.334	913.836
Renda variável	65.083	68.566
Investimentos imobiliários	113.105	100.920
Outros	25.524	17.381
Total do valor justo dos ativos do plano	<u>1.191.046</u>	<u>1.100.703</u>

Retorno real dos ativos dos planos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Retorno esperado sobre os ativos do plano	130.284	127.648
Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano	22.269	104.938
Retorno real sobre os ativos dos planos	<u>152.553</u>	<u>232.586</u>

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

<u>Especificação</u>	<u>Planos BD</u>	<u>Plano CD</u>	<u>Plano Médico</u>	<u>Plano FGTS</u>
Taxa de desconto	9,78%	9,36%	9,88%	8,73%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,78%	9,36%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	7,38%	7,38%	N/A	7,38%
Taxa de inflação esperada	4,25%	4,25%	4,25%	4,25%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,25%	4,25%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média AT-49 +	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	N/A

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhistas	42.853	13.693	(18.108)	1.280	(2.056)	37.662
Cíveis	89.562	34.974	(25.698)	5.501	(11.710)	92.629
Fiscais	1.909	171	(169)	178	(98)	1.991
Regulatório	52.458	4.762	(7.466)	7.653	(38.034)	19.373
Total	<u>186.782</u>	<u>53.600</u>	<u>(51.441)</u>	<u>14.612</u>	<u>(51.898)</u>	<u>151.655</u>

a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras e outros processos trabalhistas.

b) Riscos cíveis

Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa nº 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível, trabalhista e juizados especiais, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	62.126	68.695
Cíveis	872.532	1.314.279
Fiscais	515.739	447.467
Juizados especiais	3.798	5.565
	<u>1.454.195</u>	<u>1.836.006</u>

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

- a) No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito - consumidor baixa renda; (vi) imposto em determinadas operações; e (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Os montantes envolvidos totalizam R\$ 426.523 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 364.507 em 31 de dezembro de 2016);
- b) No âmbito municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 42.847 e R\$ 4.125 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 39.938 e R\$ 3.798 em 31 de dezembro de 2016);
- c) Em relação aos tributos federais, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL e COFINS que totalizam o valor de R\$ 32.971 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 30.774 em 31 de dezembro de 2016);
- d) No âmbito cível, refere-se à responsabilidade solidária com prestadores de serviços e danos materiais e morais.

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	16.650	14.725
Cíveis	21.091	19.363
Fiscais	3.935	3.712
Total	<u>41.676</u>	<u>37.800</u>

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é composto de ações sem valor nominal e assim distribuídas:

	Ações ordinárias (em unidade)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)			
	Total (I)		Classe A		Classe B	Total (II)	(I) + (II)			
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,00%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Fundos e Clubes de Investimento	4.710	0,01%	5.868.643	20,77%	-	0,00%	5.868.643	19,70%	5.873.353	7,54%
Fundo de Pensão	919.403	1,91%	3.244.638	11,48%	-	0,00%	3.244.638	10,89%	4.164.041	5,35%
Outros	79.579	0,17%	4.583.657	16,22%	3.097	0,20%	4.586.754	15,40%	4.666.333	6,00%
Total de Ações	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	99,97%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de novembro de 2017, a acionista Enel Brasil S.A aprovou, dentro do limite de seu capital autorizado, aumento de capital social. Em decorrência do referido aumento de capital foram emitidas novas ações, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pela Enel Américas S.A. Parte do aumento aqui tratado foi integralizado mediante contribuição e transferência para a Enel Brasil S.A de 3.002.812 ações ordinárias, 8.818.006 ações preferenciais classe A, e 424 ações preferenciais classe B de emissão da Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Coelce”), as quais foram devidamente avaliadas, conforme laudos de avaliação elaborados pelo BBVA Brasil Banco de Investimento S.A., na forma do artigo 8º da Lei no 6.404/76.

As ações de emissão da Coelce transferidas à Enel Brasil S.A como parte da integralização do aumento de capital social mencionado acima representam a totalidade das ações que a Enel Américas S.A detinha na Coelce, de modo que a Enel Américas S.A, com a referida integralização, ocorrida em 23 de novembro de 2017, deixou de ser acionista da Coelce, tendo todas as suas ações passado para a titularidade da Enel Brasil S.A, que passou a deter 57.652.675 ações de emissão a Coelce, sendo 47.064.245 ordinárias e 10.588.430 preferenciais, correspondentes a 74,05% do capital total da Coelce.

b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei n° 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 (trezentos bilhões) de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 (cem bilhões) ações ordinárias, 193.352.996.180 (cento e noventa e três bilhões, trezentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e noventa e seis mil, cento e oitenta) ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 (seis bilhões, seiscentos e quarenta e sete milhões, três mil, oitocentas e vinte) ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei n° 6.404/76.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

d) Reserva de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

Em 25 de abril de 2017, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Companhia aprovou a capitalização parcial do Saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro, no valor de R\$61.000.000 (sessenta e um milhões de reais) sem a emissão de novas ações.

A Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e Art. 199 da Lei 6.404/76.

e) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei nº 12.973/2014.

Em 14 de Dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

O processo de modernização foi comprovado perante à SUDENE, por meio de documentação e verificação pela visita técnica que a Companhia recebeu dos analistas da SUDENE.

Projeto Atendido: Modernização Total na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Início do prazo de fruição do benefício: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025; Prazo total de fruição: 10 anos; Término do prazo de fruição do benefício: ano-calendário de 2025.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a empresa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis. Conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do decreto - lei nº 1.598/77.

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da lei foi contabilizado no resultado do período em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 95.878) e em (31 de dezembro de 2016 R\$ 83.012).

f) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide Nota nº 11.

g) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será inferior a 25% do lucro líquido ajustado.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro do exercício	435.779	393.057
(-)Incentivo fiscal-SUDENE	(95.878)	(83.012)
(+)Reversão de dividendos prescritos	56	156
Lucro ajustado	339.957	310.201
Dividendo mínimo obrigatório	(84.989)	(77.550)
Dividendo adicional proposto	-	(77.550)
	254.968	155.101
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	(4.856)	(5.554)
Reserva reforço de capital de giro	250.112	149.547

A Companhia possui registrado no seu passivo dividendos a pagar referente a deliberação de exercícios anteriores no valor de R\$ 525.

Os dividendos mínimos, por classe de ação estão demonstrados a seguir:

Tipo de Aplicação	<u>Dividendos mínimos sobre capital social</u>		<u>Dividendos mínimos obrigatórios</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ações Ordinárias	-	-	52.472	47.880
Ações Preferenciais A	13.411	12.083	30.842	28.142
Ações Preferenciais B	1.214	1.094	1.675	1.528
Total	14.625	13.177	84.989	77.550

h) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

26. Lucro por ação

	<u>31/12/2017</u>
Numerador (em R\$ mil)	
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	
Lucro disponível aos acionistas ordinários	269.050
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	158.139
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	8.590
	<u>435.779</u>
Denominador (em unidades de ações)	
Número de ações ordinárias	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662
	<u>77.855.299</u>
Percentual por ação	
Ações ordinárias	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	
Ação ordinária	5,5973
Ação preferencial - Classe A	5,9331
Ação preferencial - Classe B	6,1570

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

27. Receita líquida

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecimento faturado	5.136.106	5.246.638
Fornecimento não faturado	184.429	152.839
Consumidores	<u>5.320.535</u>	<u>5.399.477</u>
Ativos e passivos financeiros setoriais	137.222	(182.710)
Subvenção baixa renda	200.012	191.538
Subvenção CDE - desconto tarifário	249.949	262.091
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	183.110	132.426
Receita de construção	693.883	506.523
Outras receitas	74.238	72.107
Receita operacional bruta	<u>6.858.949</u>	<u>6.381.452</u>
(-)Deduções da receita		
ICMS	(1.314.438)	(1.320.675)
COFINS	(474.222)	(447.311)
PIS	(102.956)	(97.114)
P&D	(38.354)	(39.580)
Encargo setorial CDE	(327.710)	(373.482)
Taxa de fiscalização	(5.785)	(5.516)
Outros impostos e contribuições sobre a receita	(1.065)	(328)
Total de deduções de receita	<u>(2.264.530)</u>	<u>(2.284.006)</u>
Total	<u><u>4.594.419</u></u>	<u><u>4.097.446</u></u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Receitas (custos/despesas) operacionais

Descrição	31/12/2017				31/12/2016					
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(114.230)	-	(47.108)	-	(161.338)	(113.108)	-	(39.626)	-	(152.734)
Material	(17.604)	-	(492)	-	(18.096)	(18.310)	-	(681)	-	(18.991)
Serviços de terceiros	(281.306)	(1.552)	(41.934)	-	(324.792)	(254.410)	(1.370)	(38.750)	-	(294.530)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.385.638)	-	-	-	(2.385.638)	(2.051.697)	-	-	-	(2.051.697)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(144.647)	-	-	-	(144.647)	(174.224)	-	-	-	(174.224)
Depreciação e amortização	(160.913)	-	(13.462)	-	(174.375)	(144.987)	-	(11.763)	-	(156.750)
Custo na desativação de bens	(22.165)	-	-	-	(22.165)	(48.702)	-	-	-	(48.702)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	(33.044)	-	-	(33.044)	-	(113.331)	-	-	(113.331)
Custo de construção	(693.883)	-	-	-	(693.883)	(506.523)	-	-	-	(506.523)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	(2.159)	-	(2.159)	-	-	(13.148)	-	(13.148)
Indenizações DIC / FIC	(11.050)	-	-	-	(11.050)	(8.683)	-	-	-	(8.683)
Perda de recebíveis de clientes	-	(13.171)	-	-	(13.171)	-	(15.719)	-	-	(15.719)
Outras despesas operacionais	(18.034)	-	(21.269)	(2.337)	(41.640)	(16.448)	-	(11.610)	(4.540)	(32.598)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	47.034	47.034	-	-	-	46.617	46.617
Outras receitas operacionais	-	-	-	2.994	2.994	-	-	-	2.706	2.706
Total	(3.849.470)	(47.767)	(126.424)	47.691	(3.975.970)	(3.337.092)	(130.420)	(115.578)	44.783	(3.538.307)

A energia elétrica comprada para revenda foi impactada pelo aumento de 13,09% no custo médio de compra em relação ao mesmo exercício do ano anterior.

A redução da provisão para crédito com liquidação duvidosa constituída ao decorrer da reversão da provisão de dívidas parcelas.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	9.562	34.164
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	31.960	30.137
Receita de ativo indenizável	41.331	52.850
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	-	8.547
Variações monetárias de dívidas	2.165	7.927
Juros fundo de pensão	248	688
Outras receitas financeiras	7.782	20.002
Total das receitas financeiras	93.048	154.315
Despesas financeiras		
Variações monetárias de dívidas	(10.082)	(33.747)
Encargos de dívidas	(94.149)	(128.538)
Encargos fundo de pensão	(10.570)	(11.522)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(10.502)	-
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(14.612)	(30.303)
Atualizações de impostos	(1.258)	(5.538)
Atualização P&D/PEE	(1.484)	(1.406)
IOF/IOC	(1.416)	(3.428)
Outras multas	(10.635)	(3.194)
Outras despesas financeiras	(14.308)	(9.640)
Total das despesas financeiras	(169.016)	(227.316)
Resultado financeiro	(75.968)	(73.001)

30. Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	542.481	542.481	486.138	486.138
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
	(135.596)	(48.823)	(121.511)	(43.752)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Incentivos fiscais	95.878	-	83.710	-
Permanentes - despesas e multas	(12.945)	(5.216)	(6.751)	(2.870)
IFRIC 12 e perdas indedutíveis	-	-	(1.401)	(506)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(52.663)	(54.039)	(45.953)	(47.128)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(127.908)	(46.675)	(112.827)	(41.377)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(20.633)	(7.364)	(16.138)	(5.751)
Incentivo fiscal	95.878	-	83.012	-
Total	(52.663)	(54.039)	(45.953)	(47.128)

A seguir, a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IR e CS sobre diferenças temporárias	96.390	112.049	(15.659)	(2.052)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	27.644	45.477	(17.833)	1.067
Provisão para ações judiciais e regulatórias	51.563	63.025	(11.462)	(3.453)
Provisão para obsolescência de estoque	38	1.015	(977)	(105)
Outras	17.145	2.532	14.613	439
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(83.184)	(70.846)	(12.338)	(19.837)
Ativo indenizável (concessão)	(84.989)	(70.937)	(14.052)	(17.970)
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	-	(1.714)	1.714	40
Diferido perdas de bens	1.805	1.805	-	(1.907)
Subtotal - impacto no resultado do período	13.206	41.203	(27.997)	(21.889)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	53.858	51.882	1.976	3.737
Plano de pensão	54.383	51.882	2.501	2.861
Swap passivo	(525)	-	(525)	876
Total	67.064	93.085	(26.021)	(18.152)

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

31. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Ceará. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) **Risco de crédito**

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa	154.276	168.127
Títulos e valores mobiliários	82.206	2.408
Instrumentos financeiros derivativos- <i>swap</i>	1.465	-
Consumidores e outras contas a receber	892.615	805.397
Ativos financeiros setoriais	124.961	90.352
Ativo indenizável/ (concessão)	1.383.764	1.103.190
	<u>2.639.287</u>	<u>2.169.474</u>

No caso dos créditos com Consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificação de risco realizada pela Agencia Standard & Poor's (escala nacional):

<u>Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
AA-	133.398	153.943
AAA	78	32
AA+	100.934	12.969
Banco Central do Brasil	479	1.868
Numerário em trânsito	1.433	1.532
Não avaliado	160	191
Total geral	236.482	170.535

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e conseqüentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas. Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Risco de Câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a dólar. De forma a evitar este risco, sempre que aplicável, a Companhia contrata instrumentos derivativos (*swaps*) para as dívidas financeiras indexadas em moeda estrangeira (passando o custo para CDI, em Reais), com o objetivo estrito de proteção (Hedge). Em 31 de dezembro de 2017 a dívida em moeda estrangeira da Companhia não era significativa e não havia operações de derivativos vigentes em moeda estrangeira.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quanto o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

d) Risco de encargos de dívida (taxas de juros e inflação)

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobrás) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (taxa utilizada em contratos com recursos do BNDES).

Em relação aos empréstimos indexados a taxas variáveis, que caracterizam o mercado brasileiro, no qual taxas prefixadas são ainda menos frequentes, a Companhia acompanha as taxas de juros e de inflação, de forma a observar oportunidades de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 73% da dívida total indexada a taxas variáveis ou flutuantes, sendo que 17% eram atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com recursos do BNDES.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/12/2017	%	31/12/2016	%
SELIC	61	0,04%	1.867	1%
CDI	157.787	99,88%	131.470	97%
Pré-Fixado	129	0,08%	2.492	2%
Total	157.977	100%	135.829	100%

Instrumentos Financeiros Derivativos	31/12/2017	31/12/2016
AA-	1.465	-
Total geral	1.465	-

Ativo Financeiro Indenizável	31/12/2017	%	31/12/2016	%
IPCA	1.383.764	100%	1.103.190	100%
Total	1.383.764	100%	1.103.190	100%

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Taxa fixa	350.050	27%	136.741	13%
TJLP	136.316	11%	178.606	17%
Selic	78.905	6%	90.109	8%
CDI	349.578	27%	385.913	36%
TR	75.848	6%	-	0%
IPCA	296.598	23%	284.585	26%
Libor	3.794	0%	3.737	0%
Total	1.291.089	100%	1.079.691	100%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A Companhia mantém linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, incluindo *committed credit lines* e *uncommitted credit lines*, através de contratos firmados, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 140.000.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 19 e 20, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 6 e 7, e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 25).

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2017 é de 29% (28% em 2016), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	3.570	7.002	30.559	68.207	5.664	115.002
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	7.145	68.140	231.209	300.639	3.843	610.976
Debêntures	(21)	(42)	188.693	577.149	78.851	844.630
	<u>10.694</u>	<u>75.100</u>	<u>450.461</u>	<u>945.995</u>	<u>88.358</u>	<u>1.570.608</u>
31 de dezembro de 2016						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	3.763	7.354	32.850	91.949	23.013	158.929
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	13.315	75.957	177.419	529.453	4.046	800.190
Debêntures	-	-	160.318	150.941	-	311.259
	<u>17.078</u>	<u>83.311</u>	<u>370.587</u>	<u>772.343</u>	<u>27.059</u>	<u>1.270.378</u>

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	56	748	(100)	704
"Swaps" de juros 11/12/17	56	748	(100)	704

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	56	748	(100)	-	704
"Swaps" de juros 11/12/17	-	56	748	(100)	-	704

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Categoria	Nível	31/12/2017		31/12/2016		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	154.276	154.276	168.127	168.127
Titulos e valores mobiliarios	Valor justo por meio de resultado	2	82.206	82.206	2.408	2.408
Cauções e depósitos	Empréstimos e recebíveis	2	25.485	25.485	71.548	71.548
Consumidores e outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	2	892.615	892.615	805.397	805.397
Ativos financeiros setoriais	Empréstimos e recebíveis	2	124.961	124.961	90.352	90.352
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	1.383.764	1.383.764	1.103.190	1.103.190
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	640.370	641.467	786.434	782.037
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	642.909	604.501	284.121	283.931
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	9.275	7.262	9.136	6.768
Passivos financeiros setoriais	Outros passivos financeiros	2	6.874	6.874	47.613	47.613
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	755.862	755.862	497.299	497.299

As aplicações financeiras registradas no exercício (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agencias de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de dezembro de 2017 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Diferença	Valor de referência (Notional) BRL
<i>SwapDlxFixo11.12.17 Santander</i>	(63)	875	938	151.042
<i>SwapDlxFixo11.12.17 Itaú</i>	(15)	590	605	101.833

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2017.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2017 havia 2 (dois) contratos de *swap*, sendo os dois de CDI para taxa fixa a fim de diminuir a exposição a variação do CDI, conforme demonstrado abaixo:

Contraparte	Dados contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31/12/2017	31/12/2016
Contrato de <i>swap</i>					
SANTANDER(Brasil)S.A	11/12/2017	20/03/2019	CDI+107%aa	875	-
ITAÚS.A.	11/12/2017	07/11/2019	CDI+112%aa	590	-

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2017 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3 (antiga BM&F). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos	Risco	Cenários projetados - Dez.2018			
		Base 31/12/2017	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	61	1	1	1
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	157.787	2.636	1.991	1.337
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pre-fixado	129	-	-	-
Ativo indenizável	Redução do IPCA	1.383.764	85.356	64.017	42.678
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(253.902)	(20.028)	(20.028)	(20.028)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pre-fixado	(96.148)	(7.039)	(7.039)	(7.039)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(136.316)	(12.957)	(15.052)	(17.117)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Selic	(78.905)	(7.513)	(8.729)	(9.927)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(349.579)	(25.730)	(31.254)	(36.701)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(296.597)	(27.183)	(29.891)	(32.572)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(3.794)	(304)	(1.181)	(1.913)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TR	(75.848)	(4.950)	(4.950)	(4.950)
			(17.711)	(52.115)	(86.231)

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário+25%		Cenário+50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
BB Agropecuário-Sub crédito B	10.629	13.183	2.554	15.699	5.070
Swap Ponta Ativa	(10.681)	(13.248)	(2.567)	(15.776)	(5.095)
Swap Ponta Passiva	12.077	12.077	-	12.077	-
Itaú CCB	7.482	9.277	1.795	11.043	3.561
Swap Ponta Ativa	(7.527)	(9.333)	(1.806)	(11.109)	(3.582)
Swap Ponta Passiva	7.951	7.951	-	7.951	-
Total	19.931	19.907	(24)	19.885	(46)

Conforme demonstrado acima, as variações do CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa.

32. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.720.380 em 2018, R\$ 2.957.385 em 2019, R\$ 2.928.292 em 2020, R\$ 3.045.153 em 2021 e R\$ 65.158.300 após 2021.

33. Participação nos resultados

O montante dessa participação no exercício de 2017 foi de R\$ 14.664 (R\$ 14.201 em 31 de dezembro de 2016).

34. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil. A Administração da Companhia considera que os montantes são adequados.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada (R\$)	Limite máximo de garantia sinistro (R\$)
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2017	31/10/2018	918.106	163.510
Responsabilidade civil	01/11/2017	31/10/2018	N/A	654.040

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética do Ceará - Coelce
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Energética do Ceará - Coelce** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Energética do Ceará - Coelce** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita (Notas Explicativas n° 2.11 e 27)

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de venda de energia elétrica, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os riscos observados referem-se:

- (i) Reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude;

- (ii) Faturamento por valores maiores do que o efetivamente estabelecido na tabela de preço vigente à época;
- (iii) Estimativa utilizada para o reconhecimento dos valores de eletricidade fornecidos aos consumidores entre a data da última leitura do medidor e o final do ano (“fornecimento não faturado”).

Resposta da auditoria ao assunto de reconhecimento de receita (Notas Explicativas n° 2.11 e 27)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmação de que estão consistentes de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; efetuamos testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas de energia e os respectivos recebimentos; efetuamos teste global de receita de venda de energia elétrica; confrontamos as faturas emitidas com a tabela vigente aplicável ao ciclo tarifário e para a Receita estimada (“fornecimento não faturado”) realizamos procedimentos analíticos utilizando dados reais para nos permitir definir as expectativas quanto ao nível estimado de receita comparando isso com a estimativa da Companhia. Nós também avaliamos os pressupostos da Companhia relativos ao volume e preço utilizado na determinação do nível de receita estimada e a sua adequada divulgação nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas n° 2.3 (a), 5 e 8)

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e cenário econômico atual e prospectivo. Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões.

A Administração da Companhia, durante o exercício de 2017, readequou sua política contábil de mensuração e divulgação da provisão para créditos de liquidação duvidosa às políticas realizadas pela área de gestão de crédito.

Resposta da auditoria ao assunto de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas n° 2.3 (a), 5 e 8)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação da nova estimativa definida pela Administração para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização de recálculo matemático da referida provisão e desafiamos o julgamento da Administração decorrente a estimativa definida onde foram totalizados todos os créditos, independente se vencidos ou a vencer, dos consumidores com faturas registradas como provisão para crédito de liquidação duvidosa (“feito arrasto”). Avaliamos esse total como parte de nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis a estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como as divulgações nas Notas Explicativas n° 5 e 8 no contexto das demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios (Nota Explicativa n° 10)

As receitas de energia elétrica das distribuidoras devem considerar uma tarifa (após revisão e homologação da ANEEL) capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Em virtude disso, a Companhia registra ativos e/ou passivos regulatórios decorrente da diferença entre os custos incorridos e o valor da tarifa recebida no último no reajuste tarifário (cobertura tarifária). Em virtude da complexidade e detalhes específicos aplicáveis ao setor elétrico, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos regulatórios.

Resposta da auditoria ao assunto de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios (nota explicativa n° 10)

Os nossos procedimentos de auditoria consideraram a avaliação dos ativos e passivos regulatórios registrados com base nas regulamentações expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da Nota Explicativa n° 10 às demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os ativos e passivos regulatórios, consideramos que os critérios e premissas adotadas para reconhecimento dos referidos ativos e passivos regulatórios, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Avaliação de perda por *impairment* de ativo imobilizado e intangível (Notas Explicativas n° 2,5, 15 e 16)

A Companhia possui registrado ativo imobilizado e intangível no montante de R\$ 2.217.152 mil, em 31 de dezembro de 2017 referente a investimentos realizados oriundos do direito de concessão de distribuição de energia elétrica. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de *impairment* desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto de avaliação de perda por *impairment* de ativo imobilizado e intangível (Notas Explicativas n° 2,5, 15 e 16)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (CGU) preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive a comparação com os seus planos mais recentes de negócios. Questionamos as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em *impairment* do ativo imobilizado e intangível, consideramos a

probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas. Avaliamos também a adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Nossos trabalhos revelaram que as premissas e a metodologia de avaliação do fluxo de caixa futuro utilizadas estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao período anterior e o plano de negócios da Companhia.

Reconhecimento de benefícios pós emprego (notas explicativas n° 2.8 e 23)

A Companhia possui benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, conforme requerido pelo CPC 33 - Benefício pós-emprego, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos passivos decorrente a benefícios pós-emprego.

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de benefícios pós emprego (Notas Explicativas n° 2.8 e 23)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o envolvimento de especialista atuarial na revisão da estimativa e metodologia utilizada para cálculo dos benefícios e a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da Nota Explicativa n° 23 às demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos apropriadas os julgamentos, estimativas e divulgações preparadas pela Administração incluídas na Nota Explicativa n° 23 relacionadas ao reconhecimento e mensuração dos saldos de benefícios pós emprego, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ênfase

Reapresentação dos saldos comparativos

Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 5, a Administração da Companhia procedeu reclassificações relacionadas ao critério de apresentação do contas a receber e da provisão para crédito de liquidação duvidosa, em 2017. Os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas

demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



Fortaleza, 19 de fevereiro de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 CE 001465/F-4

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1SP 120458/O-6 -S- CE

Declaração da Diretoria da Companhia

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2017, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro de 2017 e pagamento de dividendos, a diretoria da Companhia, neste ato representada pelo Diretor Presidente, declara que tais documentos refletem adequadamente a situação da Companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Fortaleza, 19 de fevereiro de 2018.

Roberto Zanchi
Diretor Presidente e Presidente da Reunião

Manifestação do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce, abaixo assinados, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2017, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, de Outros Resultados Abrangentes, complementadas pelas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro do exercício, e acompanhadas do relatório da auditoria externa, sem ressalvas, emitido pela BDO RCS Auditores Independentes S.S., e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, à este Conselho de Administração, que tendo aprovado os referidos documentos, propõe sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Fortaleza, 23 de fevereiro de 2018.

Mario Fernando de Melo Santos
Presidente da Mesa e do Conselho

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Ceará – Coelce, reunido nesta data, no uso de suas atribuições legais, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, complementadas por notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e a proposta da Administração de distribuição do Lucro Líquido do exercício de 2017.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Companhia, e tendo em conta a informação, pelo representante da auditoria, sobre o relatório, sem ressalvas, a ser emitido pelos auditores externos, BDO RCS Auditores Independentes S.S., e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, este Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente aos referidos documentos que estão em condições de serem examinados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Fortaleza, 26 de Fevereiro de 2018.

Antônio Cleber Uchoa Cunha
Conselheiro Fiscal

Jorge Parente Frota Junior
Conselheiro Fiscal

Julio Sergio Cardozo
Conselheiro Fiscal